

# André Gustavo

20 OUT 1985

## Sarney consolida sua administração

O presidente José Sarney tem fortes motivos para uma discreta comemoração política neste domingo. A final de contas, seu governo conseguiu ultrapassar dois obstáculos de bom tamanho e, afinal, conceder à sociedade uma idéia mais completa e acabada das linhas básicas de sua atuação. A definição de um projeto de Constituinte moderado e a exoneração do presidente do Incra, que postulava por uma Reforma Agrária mais agressiva, demonstram uma arrumação do conjunto conceitual das teses governistas.

A avaliação destas iniciativas será realizada ao longo do tempo, mas já é razoável perceber que a nova maioria, ontem detectada por este jornal, refee em parte o ideário da Aliança Democrática — aquele conjunto de parlamentares que se uniram no momento adequado para fazer a transição do regime. Trata-se de uma maioria conservadora, uma espécie de maioria silenciosa em versão brasileira, que está ditando os limites e os procedimentos políticos dentro do espaço aberto pela transição política nacional.

O Brasil tem a tradição de ser um País conservador — isso não é novidade e se demonstra ao longo da história. A novidade é que o governo Sarney está conseguindo manobrar com exímia habilidade entre as incógnitas políticas de uma administração que não foi montada pelo atual presidente. A definição da Reforma Agrária passou por um inequívoco crivo ideológico pelos setores próximos ao chefe do governo. O problema da Constituinte, em que pese a cerrada oposição da Ordem dos Advogados do Brasil, fez prevalecer o entendimento de uma Assembléia controlada.

E o presidente Sarney dispõe ainda de um trunfo que vai sendo revelado aos poucos. A sua política econômica, embora ainda embrionária, não tem autorizado os pensamentos catastróficos realizados logo após a mudança de ministros. O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, foi a Seul, participou do encontro anual do Fundo Monetário Internacional, fez e ouviu discursos e retornou informado ao Brasil. Aqui deu uma entrevista afirmando que a inflação, neste mês, ficará dentro de limites compatíveis com essa crônica doença brasileira.

No cenário das enormes dificuldades encontradas por um presidente que foi pego de surpresa para assumir o governo e administrar o que não havia sido por ele escolhido, a performance da atual administração está além de qualquer expectativa traçada naquele abril trágico. Algumas definições fundamentais foram, afinal, alcançadas e através da nova maioria no Congresso Nacional — que obedece a impulsos originários diretamente do Planalto — o governo conseguiu obter a estabilidade pretendida, mesmo navegando entre movimentos grevistas de bom tamanho.

Mas, de um ponto de vista mais formal, a transição política somente será completada, quando partidos e instituições encontrarem suas definições e limites. As instituições só poderão ser definidas através do debate dentro da Constituinte e os partidos, que perderam a oportunidade de fazer um acordo prévio, vão se depurar na luta eleitoral. Esses dois fenômenos, portanto, passam ao largo da ação específica do governo Sarney. A eleição deste ano, para prefeitos de capitais, vai revelar novas e importantes figuras. Também vai mostrar ao País quais são os partidos em condições de possuir estrutura nacional e capacidade de influência. A Constituinte vai redefinir o papel das instituições na sociedade nacional.

Restará, portanto, para a ação imediata do governo Sarney a possibilidade de agir no campo da economia. O sucesso ou fracasso da atual administração está diretamente ligado a sua capacidade de negociar um bom acordo com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos norte-americanos. Se a fórmula de combinar crescimento com o pagamento da dívida externa der certo, a atual administração poderá assistir de arquibancada à luta partidária brasileira — pois haverá pouco a ser jogado nesta disputa. Havendo sucesso na negociação econômica externa e na administração inflacionária, o presidente poderá se contingenciar e manobrar o cotidiano político-partidário e a trabalhar em favor do nome do sucessor.

O presidente José Sarney tem o que comemorar nestes dias que antecedem à eleição de prefeitos para as capitais. Ele conseguiu ocupar o centro da cena política, embora a sua tentativa de pacto nacional — um pacto de Moncloa caboclo — não tenha dado certo. E talvez por essa razão, a inexistência de pacto e a reiterada negativa do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, em conduzi-lo, tenha colocado o presidente da República como juiz das ações de política partidária dentro do País. A recomposição da maioria conservadora concede ao governo uma excepcional margem de manobra suprapartidária. Tudo indica que o problema da Constituinte foi o último grande assunto político do ano — agora é tratar das eleições e apostar tudo numa boa renegociação com os credores internacionais, que deverá estar concluída até meados de janeiro de 1986.

A cautela presidencial tem se justificado até agora através da conclusão de seus atos. Nada está inconcluso na seara política. Resta o desafio, que não é pequeno, de encontrar um termo médio na negociação econômica internacional, que permita o País crescer, reduzir o desemprego e aumentar sua atividade empresarial. Se tudo isso se somar, o governo Sarney somente terá recolhido sucessos. Se não, não.